

### A RELAÇÃO ENTRE OS DISPOSITIVOS DE PODER NEOLIBERAIS E A PRESENÇA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO SUPERIOR

Juliane Janaina Leite Brancher<sup>1</sup>  
Tania Mara Zancanaro Pieczkowski<sup>2</sup>

Este estudo resulta de um recorte da pesquisa realizada no Mestrado em Educação, cujo objetivo foi compreender os desafios docentes na atuação com estudantes com deficiência intelectual na Educação Superior e as estratégias pedagógicas adotadas nas aulas para favorecer a inclusão. Tensionar as relações entre a inclusão de estudantes com deficiência intelectual no ensino superior e os dispositivos neoliberais de poder. Pretendemos articular as políticas de inclusão que emergem da racionalidade neoliberal, com relação ao desenvolvimento social, como estratégia de captura e condução da conduta dos sujeitos, partindo do entendimento das noções de inclusão, governamentalidade e gerenciamento de risco. Nos desafiamos a compreender a inclusão de estudantes com deficiência intelectual, a partir das narrativas dos docentes da Educação Superior, com apoio na perspectiva pós-estruturalista, olhando este tempo, no qual a educação tem passado por significativas mudanças, pois, segundo Meyer e Paraíso (2014, p. 28), “[...] mudaram as formas como vemos, ouvimos, sentimos, fazemos e dizemos o mundo. Mudaram nossas perguntas e as coisas do mundo. Mudaram os ‘outros’ e mudamos nós.”.

Como aporte teórico, foram utilizados os estudos pós-estruturalistas, sobretudo, as ferramentas foucaultinas de governamentalidade e normatização. O estudo é caracterizado como uma pesquisa qualitativa na perspectiva pós-estruturalista e, para tal, foram adotadas entrevistas narrativas com professores universitários que atuam com estudantes com deficiência intelectual. As narrativas foram organizadas em agrupamentos temáticos e analisadas de acordo com a perspectiva da Análise do Discurso, com base em Foucault.

O problema que orientou a pesquisa assim se constituiu: Como os professores da

<sup>1</sup> Articuladora Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação. Mestranda no PPGE Educação. Unochapecó. julianebrancher@unochapeco.edu.br

<sup>2</sup> Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Unochapecó. taniazp@unochapeco.edu.br.

# III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Educação Superior narram os desafios de atuar com estudantes com deficiência intelectual e quais são as estratégias pedagógicas adotadas nas aulas para a inclusão desse público?

O *locus* da pesquisa foram três universidades: uma da esfera pública federal, uma da esfera pública estadual e uma comunitária, todas localizadas no Oeste de Santa Catarina.

Foram entrevistados oito (8) docentes que atuaram nos últimos três anos (seis semestres) com estudantes com deficiência intelectual na Educação Superior. As entrevistas foram direcionadas por um roteiro. Posteriormente, foram transcritas na íntegra e organizadas em agrupamentos temáticos. As materialidades empíricas foram examinadas por meio da Análise do Discurso, com referenciais foucaultianos, levando-se em consideração os aspectos mais relevantes e recorrentes.

Atualmente, a lógica da educação está pautada no pensamento moderno de capturar todos os diferentes corpos tornando-os dóceis, disciplinados e produtivos. Para tanto, ela lança mão de estratégias de normalização, constituídas a partir de um conjunto de saberes que se articulam na intenção de descrever, classificar e categorizar estes indivíduos e, assim, conduzir suas condutas no sentido do bem, da ordem e da produtividade.

Assim, em uma sociedade disciplinar, o alvo do poder recai sobre o indivíduo, que conseguindo se incluir, responde aos anseios de uma sociedade que precisa de sujeitos “dóceis” que se enquadrem nos objetivos capitalistas. As estratégias disciplinares usadas para controlar e normalizar são responsáveis pela institucionalização da vida, pela homogeneidade que se procura criar na sociedade, através da política de inclusão.

Nesta perspectiva as pessoas com deficiência e suas famílias constroem uma narrativa na qual se veem como parte do mercado, competindo por espaços de trabalho, nessa lógica neoliberal de liberdade, sucesso e superação que dependeria dele mesmo. Para Freitas (2018):

O neoliberalismo olha para a educação a partir de sua concepção de sociedade baseada em um livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência. [...] Os cidadãos estão igualmente inseridos nesta lógica e seu esforço (mérito) define sua posição social. (FREITAS, 2018, p. 31).

Na sociedade neoliberal, o ensino superior também passa a ser uma oportunidade de competição, instigando o desejo de estar incluído. Segundo Freitas (2018, p. 114) o problema da competição “[...] é que ela gera ganhadores e perdedores – um paradigma inadequado para

Programas organizadores



UNIOESTE  
CAMPUS DE  
CASCAVEL

PPGE  
Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação



Mestrado  
em Educação  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECO

UNOCHAPECÓ



PPGEd  
Programa de Pós-Graduação  
em Educação

# III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

a educação.” A padronização dos sujeitos e seus discursos de inclusão pela sociedade capitalista criam efeitos de verdades, e fornecem base para julgamento moral do que é adequado (imperativo) e o que é inadequado. Quando não se ganha, neste jogo econômico, ou seja, quando por condições de vida ou da deficiência o indivíduo não tem condições de acessar ou permanecer no ensino superior, este pode ser visto como caso de fracasso/incompetência.

Recentemente podemos observar o deslocamento dos discursos de inclusão como direito, onde a liberdade pessoal é vista como produto na liberdade econômica. Se por um lado parte-se do pressuposto que todos devem estar incluídos por outro lado, a inclusão mostrou-se perversa e até mesmo excludente. Conforme Lockmann (2020), “[...] dentro de uma racionalidade neoliberal, a igualdade nunca foi uma meta. Estar incluído nesses jogos significa ocupar espaços de participação muito distintos, mantendo e reforçando as desigualdades”.

Os princípios neoliberais continuam extremamente presentes em nossos dias, como por exemplo, a produção de sujeitos empresários de si, como um tipo de subjetividade alinhada ao neoliberalismo. Mas outros princípios parecem perder a sua centralidade diante desse novo contexto que articula neoliberalismo e neoconservadorismo. Se o neoliberalismo tinha como princípio fundamental a inclusão, ou seja, a regra da não exclusão, a estratégia movimentada pela aliança neoliberalismo-neoconservadorismo, parece não governar para todos.

Segundo Lockmann,

Vastas parcelas da população brasileira parecem não se constituírem em foco privilegiado das ações e políticas de governo. A governamentalidade neoliberal conservadora, como podemos nomear essa nova face do neoliberalismo brasileiro, mantém como princípio a inclusão de certos grupos da população, mas não de todos. A intolerância religiosa, a imposição de um modelo de família, a exclusão das discussões de gênero e sexualidade e até mesmo, projetos de lei como educação domiciliar demonstram essa nova face da exclusão, que reaparece e se reconfigura no cenário contemporâneo, como uma estratégia de governo direcionada a determinados grupos. Diante disso, vale questionar: Será que a inclusão ainda se constitui em um imperativo de Estado? (LOCKMANN 2020, p. 71).

Foucault (2008, p. 163), afirmava que o neoliberalismo se constitui num “jogo formal entre desigualdades”. Neste jogo formal a governamentalidade neoliberal conservadora não faz a inclusão desaparecer, mas em suas tramas, aciona também a exclusão, conforme Lockmann (2020) [...] “como fundamento de algumas das práticas de governo, que amparam-se, ainda, no preceito do direito.”

Programas organizadores



UNIOESTE  
CAMPUS DE  
CASCAVEL

PPGEd  
Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação



Mestrado  
em Educação  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGEd  
Programa de Pós-Graduação  
em Educação

# III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Isso se torna evidente a partir das discussões de Freitas (2018):

É importante que se coloque no centro do entendimento desta proposta que, para estes neoliberais, a liberdade social e pessoal está fundada na liberdade econômica. (...) toda vez que a democracia liberal falha em garantir a liberdade econômica, permitindo que seja cerceado o “direito natural” de acumular privadamente, ela compromete a liberdade social e pessoal. E somente pode haver liberdade no seu sentido pleno, se houver liberdade econômica, livre mercado e garantia do direito de cada um, por seus méritos, acumular propriedade privada. Nesta concepção, é bom chamar a atenção para o fato de que a liberdade pessoal é vista como produto da liberdade econômica e, note-se, não da democracia que só é boa como forma de governo quando garante a acumulação privada. (FREITAS 2018, p. 8).

Assim a noção de direito, passa a centrar no sujeito a responsabilidade pela sua condição de vida. Ou seja, conquistará o “direito” se apresentar condições, nessa lógica o exercício da cidadania é uma mobilização constante dos sujeitos. Ainda Lockmann (2020) aborda que diante deste cenário corremos o risco de transformar a exclusão em direito e o direito em escolha individual:

[...] não se trata, simplesmente, do desaparecimento da noção de direito, mas de sua transformação: a educação escolar, antes direito universal, agora transmuta-se no resultado da escolha individual dos pais ou responsáveis. Com isso, dois movimentos são perceptíveis: o primeiro é a transformação da exclusão num direito —o direito das famílias de optarem ou não pela educação domiciliar—; o segundo é transformar o próprio direito no resultado de uma escolha individual e, como tal, essa escolha responsabiliza os sujeitos por seu sucesso ou fracasso. Talvez aí resida o maior perigo das práticas de exclusão contemporâneas. Elas não negam o direito, mas transformam a exclusão num direito e o direito numa escolha individual. Com isso, tal proposta constitui-se num processo de exclusão de tais sujeitos ao processo de escolarização, antes considerado um direito universal. Ou seja, corremos o risco de perder o caráter público da educação escolar. (LOCKMANN 2020, p. 71).

Assim, a necessidade de gerenciar e de organizar a população de acordo com certas regularidades e normas emerge na Modernidade. A possibilidade de condicionar condutas, de gerenciar riscos, de gerenciar um Estado organizado e previsível só é possível quando a noção de população passa a ser considerada para dar conta da dimensão coletiva que se propõe ao controle e manutenção de todos nas redes de mercado.

A governamentalidade pode ser entendida como uma prática política, onde estar incluído e atuando economicamente é participar do jogo econômico de um Estado neoliberal. A compreensão dessa forma de governamentalidade organiza condutas e controla estratégias para a gestão de risco através dos discursos de inclusão.

Programas organizadores





# III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Veiga-Neto e Lopes (2007, p. 947) argumentam que “[...] as políticas de inclusão especialmente as políticas de inclusão escolar são dispositivos biopolíticos para o governo e o controle das populações”. Controlando a população, ou seja, identificando os indivíduos, conhecendo suas vulnerabilidades, torna-se possível calcular riscos e garantir segurança a população.

Dessa forma, para algumas famílias, acessar esse nível de escolarização pode significar a “cura” do que socialmente se entende por anormal/incompetência, superação, continuidade de ocupação e objetivo para a vida, mesmo que o estudante não apresente critérios básicos para acessar à educação superior, a exemplo de estudantes com acentuada deficiência intelectual, que tem cursado a educação básica com registro de notas ou conceitos mínimos necessários para avançar os estudos. Contudo, alguns desses estudantes, não apresentam domínio de habilidades básicas como leitura, interpretação, pensamento lógico-matemático adequado para o ensino universitário.

Quando os discursos de inclusão baseados nas políticas de inclusão possibilitam-nos entender que todos precisam estar incluídos, produzindo noções de liberdade e autonomia, proporciona o desejo de poder em todos os indivíduos.

Nesses tempos de ingresso de estudantes com deficiência, destacamos o acesso de estudantes com deficiência intelectual acentuada a instituições de educação superior, as quais reagem com surpresa e imobilismo. Como a universidade poderá criar espaços para todos, sem desconsiderar o seu papel de profissionalização? Será, como sinaliza Pieczkowski (2014) a extensão universitária a possibilidade de inclusão desse público?

Para complementar este tema é necessário mais estudos, análises, discussões, e pesquisas, não negando a importância que a educação superior tem e pode fazer na vida das pessoas com deficiência, mas também tensionar como isso pode ser realizado de maneira que a inclusão não se torne excludente em sua prática.

Programas organizadores



UNIOESTE  
CAMPUS DE  
CASCAVEL

PPGE  
Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação



Mestrado  
em Educação  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGEd  
Programa de Pós-Graduação  
em Educação

# III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

**Palavras-chave:** Educação Especial. Deficiência Intelectual. Ensino Superior. Neoliberalismo. Inclusão.

## REFERÊNCIAS:

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREITAS, Luiz. Carlos. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LOCKMANN, Kamila. **As reconfigurações do imperativo da inclusão no contexto de uma governamentalidade neoliberal conservadora**. *Pedagogia y Saberes*, 52, 67-75. doi: <https://doi.org/10.17227/pys.num52-11023>, 2020a.

LOCKMANN, Kamila. **Governamentalidade neoliberal fascista e o direito à escolarização**. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2015408, p. 1-18, 2020b. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>

MEYER, Dagmar. Estermann. **Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectivas metodológicas**. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucey Alves. (Orgs). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza, 2014. p. 47-61.

PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. **Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior: efeitos na docência universitária**. 2014. 208f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

VEIGA- NETO, Alfredo; LOPES, Maura. Cursini. **Inclusão e governamentalidade**. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100-Especial, p. 947-963, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1528100.pdf>. Acesso em: 01 maio. 2019.

Programas organizadores

